

Discurso, corpo e linguagem na constituição subjetiva

Luciana Iost Vinhas¹

Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil

Resumo: O presente trabalho tem o objetivo de resgatar a noção de corpolinguagem discursivo, proposta em Vinhas (2014), trazendo elementos para a consideração da concepção de sujeito da Análise do Discurso enquanto constitutivamente atravessada pelo corpo, pelo discurso e pela linguagem. É realizada uma retomada da forma como a concepção de subjetividade se desenvolveu no seio dos estudos em Análise do Discurso, para, então, se chegar à articulação necessária entre materialismo histórico e psicanálise no processo de interpelação ideológica. O corpo, então, conforme se propõe, é fundamental para se pensar sobre a articulação entre inconsciente e ideologia no processo de constituição do sujeito e do sentido.

Palavras-chave: Discurso; Corpo; Linguagem.

Title: Discourse, body and language in the subjective constitution

Abstract: The present study has the objective of reviewing the notion of *corpolinguagem discursivo* (*discursive bodylanguage*) proposed by Vinhas (2014), bringing elements to the consideration of the conception of the subjectivity in the scope of the Discourse Analysis as a conception crossed by the body, the discourse and the language. We return to the way the conception of subjectivity has been developed in the discursive studies, considering the articulation between the historical materialism and the psychoanalysis in the ideological process of interpellation. According to the proposition, the body is fundamental to think about the articulation between unconsciousness and ideology in the process of the constitution of the subject and of the sense.

Keywords: Discourse; Body; Language.

Levar demasiadamente a sério a ilusão de um ego-sujeito-pleno em que nada falha, eis precisamente algo que falha em Les Verités de La Palice (PÊCHEUX, 2009b, p. 276).

Quando, em 1975, Michel Pêcheux e Catherine Fuchs publicaram “A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas”, os autores estabelecem, logo no início do texto, o quadro epistemológico geral do empreendimento da Análise do Discurso.

¹ Doutora em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Professora na Universidade Federal de Pelotas.

E-mail: lucianavinhas@gmail.com.

Apesar da redundância na sua apresentação, é importante, para o desenvolvimento da reflexão aqui proposta, que se visualize a sua constituição, como segue:

Ele reside [o quadro epistemológico], a nosso ver, na articulação de três regiões do conhecimento científico:

1. o materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias;
2. a linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo;
3. a teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos;

Convém explicitar ainda que estas três regiões são, de certo modo, atravessadas por uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica) (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p. 163-164).

A constituição do quadro epistemológico da AD é sistematicamente repetida pelos pesquisadores da área e, apesar disso, ainda são cometidos muitos equívocos teórico-analíticos nos estudos que têm o discurso como objeto. Aparentemente (e isso é uma intuição desta autora), existe uma resistência entre analistas do discurso acerca da articulação entre materialismo histórico, de um lado, e psicanálise, de outro, sendo sempre difícil de estabelecer as relações necessárias para que esta articulação ocorra de forma satisfatória à análise que se propõe. O que será apresentado aqui é uma questão de ordem epistemológica nem sempre objeto de reflexão dos analistas do discurso. Essa questão tange à subjetividade e às diferentes concepções de sujeito que estão presentes no quadro teórico-analítico da AD.

Desse modo, torna-se importante trazer o contexto de desenvolvimento da presente reflexão. A partir da análise das falas de quatro apenadas da Penitenciária Feminina Madre Pelletier (VINHAS, 2014), foi observada a relação entre discurso, corpo e linguagem na forma como o sujeito se constitui. O presente texto, por sua vez, busca resgatar o estudo então desenvolvido a fim de fazer trabalhar um elemento que se destacou, a saber, a proposta da noção de *corpolingagem discursivo*, a qual foi construída a partir das teorizações tecidas por ocasião das análises relatadas. Sendo assim, apresenta-se, com a nova designação a ser instituída no âmbito da Análise do Discurso de tradição francesa, uma tentativa de ultrapassar a barreira existente entre a psicanálise e o materialismo histórico, a fim de desenvolver uma proposta de análise que avance e contribua com as discussões sobre ideologia e inconsciente, o principal objetivo do próprio mentor da teoria, Michel Pêcheux, conforme pode ser observado na obra “Semântica e Discurso: Uma crítica à afirmação do óbvio” (PÊCHEUX, 2009a). O dispositivo da AD, parece-me, dispõe de todas as ferramentas para realizar essa articulação; contudo, resta uma causa fora da estrutura, a qual deve ser aqui desenvolvida: de que sujeito falamos quando nos situamos no terreno da Análise do Discurso?

Uma importante âncora para esta discussão é a reflexão tecida por Teixeira (2005), quando a autora menciona que há algo que *tropeça* na articulação proposta por Pêcheux em “Semântica e Discurso: Uma crítica à afirmação do óbvio”, escrito em 1975. Primeiramente, a autora promove uma crítica a Althusser, pois, segundo ela, o filósofo só considera o registro do imaginário na constituição do sujeito. Pêcheux, por sua vez, não atenta para a dimensão pulsional da subjetividade, e, assim, há a tentativa de levar o sujeito para a dimensão do simbólico, mas não são explorados os efeitos do real na constituição da subjetividade. É nesse contexto que se situa a retificação escrita mais tarde, em 1978, conforme é explicado a seguir.

Trago aqui, para dar início a essa conversa, a fala do próprio Pêcheux quando refere que “Só há causa daquilo que falha”. Resolvi remeter a esse enunciado porque faço referência ao Anexo III da obra supramencionada (PÊCHEUX, 2009a). Nesse anexo, Pêcheux (2009b) reconhece que, ao longo de todo o texto do livro, “alguma coisa *não ia bem* (logo, e simultaneamente, *ia*, sem dúvida, *bem demais*) nessa Tríplice Aliança, que pretendia “articular” entre si essas três disciplinas e controlar o trânsito entre os continentes da História, do Inconsciente e da Linguagem: não há fumaça sem fogo” (p. 269 [grifos do autor]). Essa *alguma coisa que não ia bem* era, segundo o autor, “levar demasiadamente a sério a ilusão de um ego-sujeito-pleno em que nada falha” (p. 276).

O autor, no Anexo III, segue suas reflexões para concluir o texto com “dois pontos incontornáveis”: (i) “não há dominação sem resistência: primado prático da luta de classes, que significa que é preciso “ousar se revoltar”” (p. 281); e (ii) “ninguém pode pensar do lugar de quem quer que seja: primado prático do inconsciente, que significa que é preciso suportar o que venha a ser pensado, isto é, é preciso “ousar pensar por si mesmo”” (p. 281). Esses dois pontos incontornáveis fazem, a meu ver, uma retomada do quadro epistemológico, garantindo, de um lado, a atuação de elementos do materialismo histórico, e, de outro, da psicanálise, apontando para um furo no processo de interpelação ideológica. Parece que a ligação entre as duas regiões está na *ousadia*, característica dos processos de resistência: *ousar se revoltar*, a partir do primado prático da luta de classes, e *ousar pensar por si mesmo*, com base no primado prático do inconsciente.

O processo de interpelação ideológica na estrutura social é, então, afetado por esses dois primados, existindo, conforme aqui se propõe, a possibilidade de resistência justamente por a concepção de subjetividade concernir à noção de *corpolingüagem discursivo*. A superestrutura jurídico-político-ideológica, partindo do proposto em Althusser (2008), estaria dividida em aparelhos ideológicos de Estado e aparelho repressivo de Estado. Os aparelhos ideológicos dizem respeito às diferentes ideologias, ao elemento ideológico, prioritariamente, sendo, para Pêcheux, referentes às formações ideológicas (PÊCHEUX, 2009a); já o aparelho repressivo concerne ao jurídico e ao político, prioritariamente, enquanto O Direito e O Estado, sendo a prisão uma das instituições que figuram no âmbito da parte Repressora da Superestrutura.

A divisão dos aparelhos ideológicos traz o funcionamento de diferentes formações ideológicas, tais como a jurídica, a escolar, a política e a religiosa, por exemplo. No estudo desenvolvido em Vinhas (2014), o foco estava na dimensão jurídica da superestrutura, posto que as análises foram desenvolvidas tendo as falas de apenas como *corpus*. A partir, então da formação ideológica jurídica, foi possível configurar duas formações discursivas, a saber, a formação discursiva jurídica e a formação discursiva da criminalidade.

Contudo, essa estrutura ideológica traz no âmago de seu funcionamento a subjetividade dividida, posto que só existe processo de interpelação ideológica se existir o sujeito chamado por esse processo contraditório. O processo é contraditório, pois a interpelação não ocorre de forma plena, sem falhas, e a constituição de uma formação discursiva se define, tal como um sistema de valor, através daquilo que ela não é. A diferença principal com o sistema de valor se dá em função de que o outro, o diferente, no processo caracteristicamente contraditório (e não de oposição), está presente naquilo que o antagoniza, sendo a cisão do sujeito responsável por os processos de determinação da ideologia não ocorrerem de forma plena e homogênea. No entanto, o curioso está no fato de que Pêcheux não trouxe tal consideração logo no início da teoria e a obra que ele propõe traz, no interior de sua concepção, a mudança: de ego pleno, passamos para o sujeito incapaz de ser ego pleno em função da presença em si daquilo cuja existência ignora: o inconsciente.

A barreira da interpelação é rachada, e as rachaduras são por onde passa uma subjetividade sempre inquieta porque incompleta, posto que atravessada pela linguagem (e pelo corpo). Ser sujeito em Análise do Discurso significa resistir, e essa resistência só é possível porque a concepção de sujeito da teoria advém da proposta psicanalítica, conforme exposto no início deste texto. Assim, é possível a resistência ao se ter em mente a concepção de subjetividade calcada na constituição pelo corpo e pela linguagem, atravessados pelo discurso. Esse sujeito pode fugir das amarras da ideologia e passar pelas frestas existentes, produzindo um efeito na superestrutura. Contudo, precisamos, antes de falar mais sobre o corpolingagem discursivo, retomar os primados citados anteriormente: como se materializam os processos de resistência?

Linguística e Teoria do Discurso emergem como elos entre as duas áreas que se articulam pela resistência. A linguagem está na base da reprodução/transformação da ideologia, bem como é essencial para a constituição da subjetividade e da estrutura/causação do inconsciente. No entanto, algo parece *não ir bem* nessa ligação, e é sobre esse ponto que remetemos ao texto “Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação”.

O reconhecimento da contradição subjacente ao debate aqui desenvolvido deu-se em função da seguinte afirmação de Orlandi (2012): “considerando a materialidade do sujeito, o corpo significa. Em outras palavras, a significação do corpo não pode ser pensada sem a materialidade do sujeito. E vice-versa, ou seja, não podemos pensar a materialidade do sujeito sem pensar sua relação com o corpo” (p. 13). Além disso, remeto a uma pergunta que

me foi feita por uma amiga durante um encontro sobre AD: se o corpo é a materialidade do sujeito, qual é a materialidade do sujeito-de-direito²?

Considerar que o corpo é materialidade do sujeito remete às perguntas: qual sujeito? Qual corpo? E é aí que emerge a contradição sobre a qual estou aqui tratando. Se o materialismo histórico considera que *não há dominação sem resistência* na luta de classes, e, se a psicanálise considera que *ninguém pode pensar do lugar de quem quer que seja* no inconsciente, há, parece, duas concepções diferentes de sujeito em cada uma das áreas, as quais podem ser entendidas, respectivamente, como um sujeito *social* e um sujeito *individual*³. Pode-se pensar que o sujeito é tratado como social quando ele se identifica com uma formação discursiva. O sujeito fala de uma posição, não podendo ser tomado como pessoa, indivíduo, posto que é *o indivíduo interpelado em sujeito*. Quando se torna sujeito, deixa de ser um (e isso acontece a partir de sua entrada no simbólico). O sujeito também pode ser tratado como individual: sempre que falo em uma apenada, a trato como *sujeito*; sempre que analiso sua fala, utilizo o dispositivo da AD buscando algo que seja da ordem da singularidade, a qual possa remeter a uma *falha*, a um momento em que o analista se depara com o real.

É por isso que, além da necessidade de considerar a linguagem nessa articulação, faz-se necessário remontar ao próprio corpo. Se a linguagem está na base da reprodução/transformação da ideologia e, também, na constituição da subjetividade e da estrutura/causação do inconsciente, o corpo possui o mesmo estatuto. Ousar se rebelar e ousar pensar por si mesmo não podem ganhar existência sem corpo e sem linguagem. E é com base nisso que proponho a noção de *corpolingagem discursivo*, a qual objetiva dar conta da dimensão social e individual do sujeito, partindo, principalmente, da proposta lacaniana do *ser falante*, mas o ser falante afetado pelo discurso de concepção pêcheuxtiana.

Desse modo, assim como foi feito nas reflexões de Pêcheux que antecederam a publicação do Anexo III, considero que o processo de interpelação ideológica não é individual, pois visa à transformação do indivíduo em *sujeito social*, que responde imaginariamente, de forma não consciente, às determinações ideológicas. A linguagem, enquanto materialização da ideologia, dá conta do funcionamento desse processo, posto que é ela que materializa o discurso, operando através das formações discursivas.

Ao se pensar na heterogeneidade constitutiva das formações discursivas, compreende-se que o processo de interpelação ideológica não acontece sem falhas. O *ego* se esvai e emerge uma subjetividade também com falhas, as quais são efeito do sujeito do inconsciente oriundo da Psicanálise. Apesar de o quadro epistemológico da AD ter sido proposto em 1975, reconhecem-se os efeitos da “teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica)” na publicação do “Só há causa...”.

² Agradeço à amiga Cristina Zanella pelo questionamento feito no dia 01/09/2014, no solário do Instituto de Letras da UFRGS, por ocasião das Oficinas em Análise do Discurso.

³ Deixo aqui registrada a dificuldade de se trabalhar com a questão da subjetividade na Análise do Discurso, pois, muitas vezes, corre-se o risco de se entender o sujeito como sujeito empírico.

Somente temos acesso à constituição das formações discursivas através das materialidades (linguísticas, imagéticas, prosódicas...). São elas que apontam para os processos discursivos. Se a formação discursiva funciona através da heterogeneidade das posições-sujeito, isso se dá em função de o sujeito da enunciação produzir materialidades que apontem para essa heterogeneidade. Nesse sentido, não podemos deixar de pensar que só temos acesso ao funcionamento do processo de interpelação ideológica através das materialidades colocadas em circulação, pois todo o funcionamento do discurso é baseado em práticas. Cairíamos no mesmo erro metafísico de Saussure e de Chomsky: os objetos de estudo do estruturalismo, de um lado, e do gerativismo, de outro, são, respectivamente, a língua e a competência; contudo, só se tem acesso à língua através da fala, e só se chega à competência através do desempenho. A diferença, em AD, é que a formação discursiva é a própria práxis, pois a ideologia só existe materialmente.

O objeto da AD não é virtual, lógico e abstrato, como são os objetos saussuriano e chomskyano. Dessa forma, seria um equívoco analítico tratar as materialidades como efeito sócio-histórico-ideológico sem considerar uma etapa anterior a esse efeito: a produção por *um* sujeito, o qual é constitutivamente heterogêneo, desejante, incompleto. Consideramos o sujeito com uma estrutura igual à fita de Moebius: o social e o individual são interdependentes, interligados, e há, na fita, um furo que representa o impossível, o qual afeta diretamente a sua constituição. Retomamos, então, o que diz Pêcheux (1990):

E através destas quebras de rituais, destas transgressões de fronteiras: o frágil questionamento de uma ordem, a partir da qual o lapso pode tornar-se discurso de rebelião, o ato falho, de motim e de insurreição: o momento imprevisível em que uma série heterogênea de efeitos individuais entra em ressonância e produz um *acontecimento histórico*, rompendo o círculo da repetição” (p. 17 [grifo do autor]).

E é aí que voltamos à linguística e, a partir dela, chegamos ao corpo. Como o corpo pode ser inserido nos debates em AD se o sujeito do materialismo histórico é social? Chegamos a uma conclusão (ainda que provisória) que conduz à noção de *Corpolinguagem Discursivo*. A noção, referente à subjetividade, buscaria articular corpo, linguagem e discurso, dando conta da dimensão social e individual da subjetividade. Só um sujeito não faz revolução, mas só um sujeito produz efeitos na configuração das formações discursivas. Esses efeitos podem emergir como uma falha e se reproduzir como questionamentos.

Como dizem Gadet e Pêcheux (2004), “o simbólico faz irrupção diretamente no corpo, as palavras tornam-se peças de órgãos, pedaços de corpo esfacelado que o “logófilo” vai desmontar e transformar para tentar reconstruir ao mesmo tempo a história de seu corpo e a da língua que nele se inscreve” (p. 45). Corpo e língua, órgãos e palavras: aí está a abertura para o corpolinguagem discursivo como a própria subjetividade, impossível de existir sem corpo e sem língua.

É assim que chegamos a três possibilidades de existência do corpo, ou, em outras palavras, a três designações que funcionam metodologicamente, as quais atingem diretamente o trabalho do analista do discurso. A primeira forma de compreender o corpo diz respeito ao corpo como suporte, como base material para os processos discursivos. No caso da tatuagem ou do piercing, por exemplo, o corpo opera como um elemento biológico que sustenta o texto da tatuagem ou do piercing. Esse corpo também pode ter relação com a *carne* referida por Souza, L. (2009): a carne seria o momento anterior àquilo denominado pelo autor como *corpodiscurso*, o que remete ao pensamento lacaniano de que a carne (real) se transforma em corpo (simbólico) através da letra. Segundo ele, “a carne é interpelada em corpo pela ideologia e nessa interpelação surge o sujeito, desde que aceitemos que do ponto de vista do discurso (haveria outro?) jamais existiu uma carne original, virgem da interpelação discursiva” (p. 68). Por isso a carne é tomada aqui como base material. Essa primeira concepção de corpo, vinculada ao biológico, passa a ser compreendida aqui como *corpo-suporte*.

Unindo a primeira forma de conceber o corpo à segunda, podemos trazer à tona a citação de Pêcheux (1998):

Em conformidade com o universal narcisismo do pensamento humano – a menos que não se tratasse aqui de um efeito histórico do pensamento “ocidental” em sua relação com a ideia de Ciência –, o sujeito é, de direito, uma estratégia consciente, racional e lógico-operatória, cujos poderes se encontram, de fato, limitados em sua emergência progressiva, sua “aquisição” e seu exercício. De um lado, pelas limitações biológicas (portanto, a série de limitações ligadas ao fato de que esse sujeito está associado a um organismo em desenvolvimento em um meio, exposto às eventualidades desse desenvolvimento e às más formações, perturbações e traumatismos de todas as ordens suscetíveis de afetá-lo) e, de outro, pelas limitações sociológicas (portanto, a série de limitações ligadas ao fato de que esse sujeito só pode viver em sociedade, ou seja, em cooperação-confrontação com o conjunto de seus congêneres, sujeitos-estratégias eles também, não cessando, por isso mesmo, de “aliená-lo” no exercício de suas estratégias (p. 55-56).

A segunda forma de conceber o corpo pela perspectiva da Análise do Discurso tem relação com o fato de que, assim como a linguagem materializa o discurso, o corpo também o materializa. O corpo pode ser compreendido como materialidade corpórea, ou seja, da mesma forma que a materialidade histórica e a materialidade linguística, o corpo possui relação com a ideologia. Além disso, é no corpo, também, que se marcam efeitos do recalque inconsciente. Designamos esse corpo como *corpo discursivo*, conforme Ferreira (2011): *corpo como materialidade discursiva que se constrói pelo discurso*. É o corpo da opacidade e da evidência: serve como objeto de interpretação, porque significa. Materializa os processos discursivos e é, portanto, um texto. O corpo é, portanto, sempre discurso, lugar de observação do sujeito, como diz Ferreira (op. cit.).

Finalmente, chegamos ao *corpolingagem discursivo*, ou seja, ao próprio sujeito, de onde são possíveis os processos de subjetivação. Chamamos Pêcheux (1998) para abordar essa questão: “nessa experiência singular da falha (fracasso, insucesso...), destaca-se a tomada inconsciente pela qual o sujeito está submetido à castração simbólica” (p. 56). Isso significa que é impossível dizer tudo, tanto pelo corpo como pela linguagem. O *corpolingagem discursivo* é o próprio sujeito, constituído pela história, pelo corpo, pela linguagem e pelo discurso. O corpo, portanto, constitui a subjetividade e é constituído por ela, enquanto sintoma e enquanto desejo, sendo ambos efeitos de uma construção social. Nesse sentido, podemos propor que o tripé constitutivo do discurso sofra um deslocamento, passando a ser constituído pelos conceitos de linguagem, história e corpo, posto que é dessa relação que emerge o sujeito.

É em função de os corpos serem atravessados pela linguagem que se torna possível a relação entre ideologia e inconsciente, sendo o sujeito, portanto, individual e social ao mesmo tempo, através da noção de *corpolingagem discursivo*. Considera-se, no *corpolingagem discursivo*, duas formas de existência sócio-histórica, ligadas, por um lado, pela pulsão (donde se justifica a resistência pelo desejo) e, por outro, pelo discurso (cuja resistência se instaura em relação à dominação pela ideologia).

Em Vinhas (2014), a partir das falas das apenadas, concebe-se o corpo enquanto *corpolingagem discursivo*. É através das falas das apenadas que se teve acesso ao corpo (como já o fizera Freud com as histéricas), o qual é constituído pela linguagem. Sendo assim, a opacidade do corpo se dá pela opacidade da linguagem (ambos discursivos), o que o torna objeto de estudo singular, não podendo ser entendido senão como *corpolingagem discursivo*. Parece que o sujeito pode passar a pensar por si mesmo quando se leva em consideração o atravessamento do corpo na sua constituição.

Lembrando que *toda pulsão é parcial*, também podemos trazer a seguinte afirmação de Carnevale (2011): “ao falarmos em corpo falamos em uma noção de corpo parcial, pois no inconsciente só existe o parcial. O corpo total seria o corpo do Outro, da ordem do inalcançável, do impossível de se simbolizar. Daí concluímos que o que há é um corpo parcial, simbolicamente representado” (p. 52). Se só existe o parcial, algo sempre falta; essa falta é justamente que algo seja sempre diferente de si mesmo. O corpo, juntamente com a língua e a história, por serem parciais, não são evidentes, constituindo o sujeito. Ao mesmo tempo em que corpo, língua e história constituem o sujeito, os três reais deles constitutivos também se tocam em pontos de equívoco: o real do corpo, o real da língua e o real da história.

Finalizando o presente texto, trago a afirmação de Orlandi (2003):

Não é vigente, na Análise de Discurso, a noção psicológica de sujeito empiricamente coincidente consigo mesmo. Atravessado pela linguagem e pela história, sob o modo do imaginário, o sujeito só tem acesso a parte do que diz. Ele é materialmente dividido desde sua constituição: ele é sujeito

de e é sujeito à. Ele é sujeito à língua e à história, pois para se constituir, para (se) produzir sentidos ele é afetado por elas. Ele é assim determinado, pois se não sofrer os efeitos do simbólico, ou seja, se ele não se submeter à língua e à história ele não se constitui, ele não fala, não produz sentidos (p. 48-49).

O que se propõe neste texto é que, à reflexão de Orlandi, baseada em Pêcheux, seja acrescentado o corpo: *Atravessado pela linguagem, pelo corpo e pela história, sob o modo do imaginário, o sujeito só tem acesso a parte do que diz. Ele é materialmente dividido desde sua constituição: ele é sujeito de e sujeito à. Ele é sujeito à língua, ao corpo e à história, pois para se constituir, para (se) produzir sentidos ele é afetados por eles. Ele é assim determinado, pois se não sofrer os efeitos do simbólico, ou seja, se ele não se submeter à língua, ao corpo e à história ele não se constitui, ele não fala, não produz sentidos.* É por isso que propomos a noção de *corpolingüagem discursivo* para dar conta de um sujeito afetado pela linguagem, pela história e pelo corpo. Foi possível considerar o corpo nessa equação a partir do seu papel essencial na concepção de subjetividade da teoria psicanalítica lacaniana, e, sendo assim considerado, não pode deixar de estar presente na Análise do Discurso. Corpo, linguagem e história materializam o discurso e constituem o sujeito, atuando no processo de constituição dos sentidos e dos sujeitos. São esses três elementos que levam à compreensão da relação entre inconsciente e ideologia.

Referências

- ALTHUSSER, Louis. *Sobre a reprodução*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- CARNEVALE, Ana Maria. Arquivo e corpo falante. In: MARIANI, Bethania; MEDEIROS, Vanise; DELA-SILVA, Silmara. (Orgs.) *Discurso, arquivo e...* Rio de Janeiro: 7Letras, 2011.
- FERREIRA, Maria Cristina Leandro. O discurso do corpo. In: MITTMANN, Solange; SANSEVERINO, Antônio Marcos Vieira (Orgs.). *Trilhas de investigação: A pesquisa no I. L. em sua diversidade constitutiva*. Porto Alegre: Instituto de Letras / UFRGS, 2011.
- GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. *A lingual inatingível: o discurso na história da linguística*. Tradução de Bethânia Mariani e Maria Elizabeth Chaves de Mello. Campinas: Pontes, 2004.
- ORLANDI, Eni. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 5.ed. Campinas: Pontes, 2003.
- ORLANDI, Eni. Processos de significação, corpo e sujeito. In: AZEVEDO, Aline Fernandes de. (Org.). *Sujeito, corpo, sentidos*. Curitiba: Appris, 2012.
- PÊCHEUX, Michel. Delimitações, inversões, deslocamentos. Tradução de José Horta Nunes. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, v. 19, p. 7-24, jul./dez. 1990.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (Orgs.) *Por uma análise automática do discurso: Uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução de Bethania S. Mariani [et al.] 3.ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

PÊCHEUX, Michel. Sobre os contextos epistemológicos da Análise de Discurso. Tradução de Ana Maria Dischinger Marshall e Heloisa Monteiro Rosário. *Cadernos de Tradução do Instituto de Letras da UFRGS*. Porto Alegre, n. 1, nov. 1998.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni Orlandi et al. 4.ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2009a.

PÊCHEUX, Michel. Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação. In: PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni Orlandi et al. 4.ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2009b.

SOUZA, Levi Leonel. *O discurso encarnado: ou a passagem da carne ao corpodiscurso*. Dissertação de mestrado. Pouso Alegre: Univás, 2009.

TEIXEIRA, Marlene. *Análise de Discurso e Psicanálise: elementos para uma abordagem do sentido no discurso*. 2.ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

VINHAS, Luciana Iost. *Discurso, corpo e linguagem: Processos de subjetivação no cárcere feminino*. Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2014.

Recebido em: 07/09/2018

Aceito em: 10/11/2018